

A IDENTIDADE DO USUÁRIO DE DROGAS NA VISÃO DOS FAMILIARES: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL/RS

Emanuelli Paludo
Edna Linhares Garcia
Cláudia Tirelli

Resumo

O objetivo deste estudo é analisar a construção da identidade do usuário de drogas de Santa Cruz do Sul a partir da visão dos seus familiares. O texto utiliza os conceitos trabalhados por Hall, Canclini, Bauman e Freud para embasar teoricamente a questão da formação da identidade a partir de aspectos individuais e sociais. Desta forma, a identidade é compreendida como uma construção sociocultural atravessada por fatores característicos de um determinado momento histórico. Nesse sentido, a cultura assume função central na trama que constitui a identidade, no caso específico deste artigo, a identidade do usuário de drogas, pois a partir da cultura se estabelecem os padrões de normalidade e os códigos morais para a vida social. Para embasar a discussão sobre a identidade do usuário de drogas, o presente trabalho utiliza-se de dados da pesquisa “A Realidade do Crack em Santa Cruz do Sul”, desenvolvida pelo Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Participaram da pesquisa 100 familiares de usuários de crack e outras drogas. Por fim, observou-se que a identidade que impera entre os familiares é a de um usuário culpado pelos seus atos, que se deixa influenciar pelas “más” companhias, pelo ambiente perigoso e que não consegue superar perdas ou faltas.

Palavras-Chave: identidade; cultura; usuário de drogas.

A CONTRUÇÃO DA IDENTIDADE: ASPECTOS INDIVIDUAIS E SOCIAIS

A construção da identidade de um sujeito tem início antes deste ter começado o desenvolvimento da consciência de si e de mundo, sendo inclusive anterior ao seu próprio nascimento, uma vez que é a partir de processos sociais relacionais que se estabelece a identidade.

No momento em que uma gravidez é confirmada, já se inicia o processo de construção de identidades, considerando que esta discussão engloba a noção/constituição de sujeito, a definição de papéis (de filha(o), neta(o), irmã(o)), e também diz respeito aos planejamentos, a curto e longo prazo, quando se imaginam seus gostos, seus hábitos, suas características pessoais e os traços do grupo ao qual pertence.

Abordar a construção de identidades enquanto processos relacionais requer compreendê-las a partir do resgate das teias de relações sociais que as tornaram possíveis em determinados momentos. Nesse sentido, o núcleo familiar vai ser a primeira instituição responsável pelo desenvolvimento dos aspectos psicológicos, sociais e culturais na constituição dos modos de ser e de se reconhecer no mundo. É na família que se começam a tecer as identidades, a partir da escolha de um nome, a transferência de um sobrenome, a transmissão de valores, modos de viver, visões de mundo, crenças religiosas, morais e éticas. Bourdieu (1983) vai chamar de *habitus* primário a este sistema de disposições adquiridas através da primeira socialização do agente que ocorre no âmbito familiar. Para o autor, este *habitus* primário irá funcionar como um sistema definidor das aquisições de outros *habitus* que o agente venha a adquirir ao longo da sua vida.

No entanto, não é apenas nas relações familiares que se constrói a identidade de um indivíduo, pois há uma interdependência entre diversas instituições que também contribuem para a formação das identidades dos sujeitos, tais como a escola e a comunidade. Inicialmente, a convivência com o *habitus primário* é o fornecedor das primeiras relações sociais da criança, mas, posteriormente, os laços sociais estendem-se ao convívio com outras pessoas produzindo o início de uma complexa e extensa rede de contatos e relacionamentos.

Neste sentido, a construção e a aceitação de uma identidade incluem reconhecer-se por determinadas características, mas também ser reconhecido pelo grupo por estas características, o que constitui um elemento importante para o sentimento de pertencimento, igualdade e diferença, pois “é o olhar que os outros têm de você que o define” (CLAVAL, 1996, p. 13).

No campo da Psicologia, Freud (1995a) já mencionava a inseparabilidade entre indivíduo e sociedade, afirmando que

o contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos instintuais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros (FREUD, 1995a, p. 91).

Nesta exposição Freud compreende que a linha de separação entre uma psicologia de entendimento individual e uma psicologia social – incluindo neste contexto outras ciências sociais – é tênue, talvez até indefinível, chegando a afirmar posteriormente que toda psicologia é psicologia social.

Conforme Hall (1997) – que compreende o tema de maneira semelhante a Freud – as questões da cultura provocariam um primeiro rompimento entre a divisão de conhecimentos individual *versus* social. O indivíduo poderia assumir diversas características pessoais, de personalidade, controle de impulsos, mas a partir de determinados contextos culturais seria possível vivenciar diferentes processos identitários.

No campo do social, a cultura tem um papel constitutivo em todos os aspectos do convívio em sociedade e na formação de identidades, pois, sendo compreendida como os modos de ser e conviver em comunidade, as práticas cotidianas, a constituição de sujeito, sentidos e discursos que se estabelecem nas relações sociais, assume posição central na composição de histórias de vida de pessoas que compartilham uma cultura e um entendimento de si (HALL, 1997).

Isto significa que as identidades são um produto sociocultural (POLLICE, 2010), uma construção social e como tal estão relacionadas com o contexto e a cultura a qual se pertence, podendo ter formas inconstantes e modificáveis pelas diversas representações sociais. Uma concepção contrária aceitaria o risco de envolver as discussões sobre identidade em uma trama simplista que ignora a pluralidade de possibilidades e a interdependência entre aspectos individuais e sociais.

De tal modo, a cultura tem a função de constituir e estabelecer códigos e padrões compartilhados na vida social que podem vir a determinar maneiras de apreender o eu e o nós a partir de semelhanças e diferenças, assumindo, então, uma função primordial na constituição de identidades sociais e tramas relacionais (HALL, 1997).

Assim, a cultura, tal como a identidade,

não pode mais ser estudada como uma variável sem importância, secundária ou dependente em relação ao que faz o mundo mover-se; tem de ser vista como algo fundamental, constitutivo, determinando tanto a forma como o caráter deste movimento, bem como a sua vida interior (HALL, 1997, p. 6).

Neste movimento, a cultura e seus padrões compartilhados promovem o desenvolvimento de uma identidade territorial, que conforme Pollice (2010, p. 9) “nasce por um processo auto referencial colocado em ação por uma comunidade que se apropria culturalmente de um âmbito espacial predefinido”.

Neste sentido, o território pode ser definido “como aquela porção do espaço geográfico na qual uma determinada comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual ou coletivo, cuja especificidade (...) descende do processo de interação entre esta comunidade e o ambiente” (POLLICE, 2010, p. 8). Ou seja, o território é o espaço onde se estabelecem relações afetivas, simbólicas, sociais e se desenvolvem sentimentos de pertencimento e constituição da uma consciência de si. Em contrapartida, as identidades territoriais também criam a noção de território.

AS DROGAS E O CONSUMO: IDENTIDADES NO MUNDO GLOBALIZADO

Segundo Carneiro (2002), as drogas estiveram presentes em todas as configurações de sociedade que já existiram. No entanto, os significados que assumem em cada sociedade e a forma como ocorrem os seus rituais de consumo modificam-se a cada cultura, a cada novo tempo.

Nesse sentido, discutir o tema das drogas é incluir no debate, ao mesmo tempo, a expressão de um desejo individual e também uma questão de ordem coletiva – devido as suas manifestações e apreciações sociais, as quais extrapolam os limites entre o domínio público e privado (ARAÚJO, 2012). Ou seja, o uso de drogas configura-se como uma questão que transita entre a dimensão individual e social e, dessa forma, deve ser compreendido a partir de uma análise multifatorial.

Cabe destacar, também, que a condição das drogas como um problema social não está ligada à sua incidência estatística, nem aos problemas de convívio social envolvendo o uso de substâncias ilícitas, mas, segundo Calligaris (1992) o que a coloca nesta posição é a articulação entre um discurso social dominante em uma sociedade cada vez mais consumista.

Nesta articulação, algumas práticas discursivas da mídia, veiculadas através de comerciais e reportagens, reforçam os estereótipos do usuário de drogas como doente e/ou criminoso e promovem campanhas com informações vagas sobre a existência de epidemias como, por exemplo, pode-se observar na citação abaixo:

em audiência pública na OAB do Rio Grande do Sul, o idealizador da campanha [Crack nem Pensar] fala da gênese da peça publicitária: surgiu após uma pesquisa de opinião pública dos assinantes do jornal [Zero Hora], que consistia em uma pergunta sobre qual droga seria mais prejudicial para população gaúcha. O premiado jornalista conta que a principal droga apontada pelos gaúchos como prejudicial foi o álcool, em segundo lugar ficou o *crack*. Já que realizar uma campanha para prevenir o uso do álcool iria confrontar diretamente os patrocinadores da rede de comunicação da qual fazia parte, optou por realizar uma campanha contra o uso do *Crack*, confessa o jornalista de destaque (XIMENDES, REIS, WOLSKI, 2013, p. 87).

A partir da citação acima se percebe que slogans como *Crack nem pensar* ou *Vida sim, drogas não* difundem ideias e discursos reducionistas e ahistóricos sobre a problemática das drogas, contribuindo, dessa forma, para o aumento da crença de um mal a ser combatido através da guerra as drogas (CARNEIRO, 2002).

Os resultados obtidos através do modelo de guerra às drogas são questionados por alguns autores (GORGULHO, 2011; LANCETTI, 2012; CARNEIRO, 2002), que o colocam como um modelo repressor na atenção ao usuário de drogas. Esses autores convergem ao reconhecer que os mecanismos de coerção apenas disseminam sentimentos de medo e insegurança e a falsa perspectiva de conseguir uma sociedade sem drogas, como se fosse possível apagar da história a existência de drogas de todos os tipos.

De acordo com Carneiro (2002), dentro da lógica reducionista ignora-se a validade cultural que é atribuída a algumas condutas de vício que a sociedade capitalista contemporânea legitima (realizar compras, consumir álcool e medicamentos), as quais compõem um modo de vida característico da atualidade.

Para Canclini (1999), o conceito de consumir refere-se a um conjunto de processos socioculturais e não somente “a gastos inúteis e compulsões irracionais” (p. 75), tal como a linguagem expressa. Segundo o mesmo autor, consumir é também “participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-lo” (CANCLINI, 1999, p. 78). Neste sentido, a prevenção ao uso de drogas, o tratamento e a promoção de saúde devem romper com o imaginário de que uma sociedade sem a existência e consumo de drogas seja possível.

Diante das discussões sobre consumo, Canclini (1999, p. 184) propõe uma questão a ser problematizada: “Será que ao consumir não estamos fazendo algo que sustente, nutre e constitui uma nova forma de ser cidadãos?” Segundo o autor, as

mudanças nas formas de consumir modificaram-se e também alteraram as maneiras de constituição de identidades e os modos de desempenhar a cidadania e constituir identidades. Canclini (1999) aponta, nesse sentido, que as maneiras de consumir sofreram alterações e que consumir se tornou uma nova maneira de ser, na qual a participação social passa a ser organizada pelo consumo. Seria esta a identidade predominante no mundo globalizado?

Segundo Hall (2005, p. 10; 12), a concepção de identidade no Iluminismo era a de um sujeito “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação”, configurando um padrão pré-estabelecido e inflexível. Já a identidade do sujeito da pós-modernidade “torna-se uma ‘celebração móvel’, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”, o que caracteriza uma identidade fluída.

Para Bauman (2008), foi durante a passagem de uma sociedade de produtores (sólida moderna) para uma sociedade de consumidores (líquida moderna) que ocorreu a transformação dos consumidores em mercadorias. Estas alterações produziram uma modernidade fluída, um tempo-espaço em que nada se imobiliza, tudo poderá mudar amanhã: moda, desejos, sonhos, valores, relacionamentos e, inclusive identidades (BAUMAN, 2011; 2008).

Neste cenário, a internet e os meios de comunicação de massa auxiliam na rapidez com que a globalização avança, apesar das constantes variações inerentes ao mundo líquido. Nessa dinâmica não há uma identidade única, invariável ou permanente, pois as identidades transitam, são fluidas, adaptam-se ao espaço vivido e as suas representações sociais construídas através de sistemas e discursos culturais.

Neste emaranhado de possibilidades, devido às diversas matrizes históricas da modernidade, Ortiz (2007) propõe o conceito de modernidades-múltiplas, impossibilitando uma compreensão que reduz a modernidade aos aspectos ocidentais. A problematização de Ortiz (2007) tenta romper com uma visão, às vezes naturalizada, da existência de uma cultura globalizada e de uma identidade massificada resultante da ocidentalização da vida através da cultura do consumo.

Neste movimento de modernidades-múltiplas, tomado de Ortiz (2007), a dimensão regional deve ser tomada como força emergente contra a tentativa de unicidade da dimensão espacial, dos processos identitários, bem como da dimensão do cuidado em saúde. Diante disso, o cuidado com o usuário de drogas é potencializado

quando utiliza as forças presentes no território para promover um cuidado integral e humano que mantenha o usuário próximo dos seus familiares, amigos e comunidade.

A IDENTIDADE DO USUÁRIO DE DROGAS EM SANTA CRUZ DO SUL

A pesquisa “A Realidade do Crack em Santa Cruz do Sul” iniciou suas atividades em 2010 com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o tema das drogas e conhecer a situação do município. Para cumprir com os objetivos da pesquisa foram entrevistados 100 usuários de crack e outras drogas e 100 familiares de usuários, a partir de um roteiro de questões semiestruturadas. A pesquisa iniciou após a aprovação do comitê de ética da UNISC, sob o n° 2527/10.

O contato com os participantes ocorreu através de seus vínculos com serviços de saúde e saúde mental (hospitais, consultórios particulares, estratégias de saúde da família, centro de atendimento psicossocial para álcool e outras drogas, centro de atendimento psicossocial infanto-juvenil), comunidades terapêuticas, grupos de alcoólicos e narcóticos anônimos e grupos de ajuda relacionados a igrejas.

Para fins deste estudo foram analisadas as respostas referentes a uma questão específica: *por que você acha que seu familiar começou a consumir drogas?*, da categoria de familiares de usuários. Esta questão foi escolhida por apresentar respostas que permitem analisar como os usuários de drogas são percebidos e definidos por seus parentes (mães, pais, avós, irmãos, tios, cônjuges).

A maioria das respostas buscava por culpados ou situações externas que justificassem o envolvimento do familiar com as drogas. As respostas foram lidas diversas vezes e, em seguida, separadas em amplas categorias: i) a culpa é relacionada ao usuário; ii) a culpa é relacionada a outros e/ou ao meio; e iii) não sei. Abaixo algumas reflexões sobre cada tópico.

i) A culpa é relacionada ao usuário

A maioria dos familiares apresentou um discurso de culpabilização do usuário de drogas, tais como:

Ele era campeão de tudo, começou a perder, a envelhecer e ficou frustrado né, acho que foi por isso. Antes ele sempre conseguia tudo (mãe).

Ele se perdeu, tinha cabeça fraca, mais que os outros (mãe).

Em ambas as respostas observa-se um apontamento biológico, ligado a uma falta ou a uma falha em comparação a outros. Sob esta lógica, entende-se que o sujeito, dentro de sua capacidade individual, não manteve ou sequer atingiu um nível de exigência entendido como necessário para o sucesso. Logo, a partir desta visão, o cuidado ao usuário volta-se a questão biológica e a internação, com vistas à abstinência absoluta. Esta passa a ser a solução mais procurada.

Em um artigo proveniente dos dados desta mesma pesquisa, Garcia et. al (2013b) constataram que a abordagem biomédica, através das internações, foi citada de forma predominante como maneira de tratamento em defesa de uma abstinência total. Esta lógica sustenta e é sustentada por práticas que segregam e alienam os indivíduos exclusivamente às drogas, o que reforça a ideia de usuário não-humano, ou que perdeu sua humanidade. Neste entendimento, é a natureza biológica do ser humano que se apresentaria fragilizada. Este entendimento encontra-se nos discursos de mães que afirmam que seu filho é cabeça fraca ou então perdeu uma condição. Desta forma, ao individualizar a problemática das drogas e culpabilizar o usuário, descontextualiza-se o sujeito de sua história de vida, do tempo e do espaço ao qual pertence, e colocando-o como (único) responsável por seu próprio destino.

Ao estigmatizar o usuário de drogas, a sociedade cumpre a função divergente a que explicitamente se propõe, ou seja, ao invés de desestimular o uso da droga, reforça-o por meio do rebaixamento contínuo da auto-estima desses indivíduos, negando-lhes o acolhimento e a aceitação social estimulando-os a integrar-se com outros indivíduos marginalizados por diferentes desvios e/ou estigmas, encontrando em outros toxicômanos a sua identidade grupal (AMARAL, 2000, p. 46).

As visões e conceitos vigentes nos diferentes locais destinados ao cuidado dos usuários de drogas e seus familiares também refletem o entendimento do que é um usuário de drogas, isto é, a partir da lógica eleita por cada local de tratamento para explicar comportamentos aditivos, gera-se diferentes entendimentos de identidade (SCHNEIDER, 2010).

Em estudo de Schneider (2010) sobre o funcionamento de três serviços diferentes de atendimento a situações de uso de drogas (uma comunidade terapêutica, um grupo de Alcoólicos Anônimos – AA e uma Igreja do Santo Daime), a autora constatou que estes espaços: i) objetivavam a cura do usuário; ii) geralmente não

ofereciam suporte às famílias; e iii) mantinham a cultura da abstinência como única solução para a dependência de drogas, sendo que a redução de danos não era uma possibilidade.

Neste contexto, observa-se a produção de uma concepção de uma identidade patologizada de sujeito, ligando-o apenas a dependência química, de forma indiscriminada e sem haver uma diferenciação entre o uso, abuso e dependência. Esta separação entre os tipos de usos de drogas é imprescindível na discussão sobre drogas, lembrando “que o uso de drogas pode representar uma possível demanda de tratamento, mas não devemos esquecer que pode também representar um modo de ser e de estar no mundo, uma escolha que deve ser respeitada numa sociedade de direitos” (GARCIA et al., 2013a, p. 18).

Desta maneira, uma compreensão que limita a visão do usuário de drogas exclusivamente a noção de dependência química provoca fragilidades na integralidade dos atendimentos de saúde aos sujeitos, tomando-o somente como dependente. Nesta visão, as experiências que integram a trajetória de vida dos usuários de drogas são (re)significadas por meio da noção de doença, (re)produzindo identidades que envolvem a culpa da pessoa que se deixou adoecer ou enfraquecer, como expressa a justificativa desta mãe: *quando ele teve um problema pra resolver se sentiu perdido*.

Então, caberia questionar: onde reside o sujeito, dono de uma história de vida, uma família, um nome? Merhy (2012) chama atenção para a tentativa de alguns setores conservadores em construir no imaginário social a imagem de usuário-zumbi, entorpecido e irresponsável. Esta posição pode designar ao usuário de drogas um lugar de vulnerabilidade individual, o qual traz prejuízos à autonomia do sujeito, exercício de cidadania, destinando-o a uma vida com baixa qualidade.

ii) A culpa é relacionada a outros e/ou ao meio

Neste tópico os discursos falam sobre o predomínio de uma influência, seja ela de outras pessoas (familiares, traficantes, amigos) ou do ambiente (moda, a cidade grande, o “bairro perigoso”).

Porque já tinha primas que eram alcoólatras (irmã).

Eu acho que pela influência do grupo, eles convidam porque é moda, maconha é normal para eles (tia).

Influência dessa gente. A gente tinha que ter ficado na roça (mãe).

Nesta categoria observa-se que há um sentimento de culpa que circula entre diversos atores e situações: as “más” companhias que habitam as ruas da cidade; a família desestruturada pela ausência de pai e/ou mãe; familiares de convivência que faziam uso de alguma droga (lícita ou ilícita); o traficante que pôs crack junto com a maconha para obter mais lucros; ou então, situações ligadas ao espaço: a rua, a escola, o bairro perigoso, a cidade.

As questões envolvendo dificuldades no ambiente e nas relações familiares também foram uma constante, sendo a culpabilização relacionada aos outros. As respostas envolviam: brigas na família, separação dos pais, pais alcoólatras e ambientes inseguros, abandonos, mortes, rejeição do pai/figura paterna ou mãe/figura materna, muita liberdade, falta de limites.

Neste sentido, observa-se a confirmação de que as questões de identidade também estão ligadas as relações grupais (família, escola, comunidade) e, portanto, são construídas pelo grupo e no território onde se desenvolvem estas relações. Como afirma Santos (2006), percebe-se que o território se configura como condição de existência de vida natural, social e histórica, e que, compõem as territorialidades, identidades e sentimentos de pertencimento.

Tal como exposto no início do trabalho, a identidade atravessa e é atravessada por questões subjetivas, mas também da ordem do social. Desta forma, o território existe a partir da inter-relação entre os objetos e as ações humanas, podendo ser definido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p.63).

iii) Não sabe

Nesta categoria os familiares entrevistados não demonstraram uma justificativa problematizada diante da situação envolvendo o uso e/ou abuso de drogas. As respostas predominantes foram:

*Não sei por que, tudo aqui em casa ia bem, nunca tivemos problema (padrasto);
Isso eu não sei por que (avó).*

Neste sentido observa-se a dificuldade em pensar sobre o assunto, até mesmo em reconhecer o uso de algumas drogas, consideradas mais pesadas, por parte do familiar, elucidada no discurso de uma mãe: *Não sei ainda, sei que o meu filho usa maconha, mas estou desconfiada*. Nesta entrevista, a mãe não reconhece o uso de crack por parte do filho, apenas há uma suspeita, sendo que um requisito para participar da pesquisa era ter familiar em uso de crack. Este caso mostra a dificuldade em reconhecer a existência do uso de uma droga que representa, para alguns discursos hegemônicos, o fim da vida humana e racional. Esse discurso é reforçado por uma mídia que veicula imagens de usuários de crack como zumbis em campanhas publicitárias, num movimento de demonização do uso de drogas.

Por conseguinte, observa-se por meio desta categoria, a ausência de uma reflexão. Quando há uma explicação em que a culpa circula entre diversos atores, é possível considerar que houve uma reflexão sobre a situação que se coloca para a família, um momento para (re)pensar o que aconteceu. Entretanto, quando a resposta limita-se ao “não sei” evidencia-se a existência de uma dificuldade em problematizar e se (re)estruturar diante de uma situação fragilizadora que envolve alguém próximo.

Retomando a discussão, para Castells (2006, p. 22) a identidade se define como um “processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significados”. Neste trabalho, a identidade estava ligada ao atributo cultural prevalente na atualidade: o consumo.

A partir dos discursos dos 100 familiares de usuários de drogas envolvidos com a pesquisa, constatou-se uma espécie de saturação dos dados (REIS, GUARESCHI, CARVALHO, 2014) onde as respostas se desdobravam e em alguns momentos havia a sensação de que se falava de um mesmo e único sujeito. Ou seja, apesar de cada indivíduo ter sua trajetória de vida e características pessoais, as narrativas das histórias de vida, situações de uso de drogas, formas de tratamento, número de recaídas se reproduziam e se repetiam.

Diante das discussões expostas acima, pode-se observar que quando os entrevistados falavam de seus familiares que fazem e/ou faziam uso de drogas, as suas narrativas não expressavam a totalidade deste sujeito, mas apenas uma representação baseada em uma característica específica: o uso de drogas. No entanto, cabe salientar que, em decorrência da pesquisa ser sobre drogas, os entrevistados foram direcionados

a falar sobre esta temática e, conseqüentemente, a identidade dos seus familiares foi relacionada ao uso de drogas.

Considerações Finais

Primeiramente, faz-se importante esclarecer que neste trabalho a compreensão sobre as drogas parte de uma perspectiva histórica, considerando-a como um produto sociocultural, um fenômeno decorrente de múltiplos fatores em articulação (variáveis psicológicas, farmacológicas, políticas, sociológicas, antropológicas, econômicas), contrapondo certas perspectivas reducionistas da questão.

As drogas, neste cenário, vêm configurando-se fortemente como uma questão de ordem cultural e social, pois, não há registros na história da humanidade de uma civilização que não tenha utilizado alguma substância psicoativa, com as mais diversas finalidades, ou seja, as drogas configuram-se como uma prática milenar, universal e simbólica que se transforma sob a influência do tempo e espaço.

Atualmente, as drogas podem cumprir com a função de possibilitar aos seus usuários que se tornem consumidores e encontrem uma forma para obter prazer imediato, “uma visita instantânea, ainda que breve, à eternidade” (BAUMAN, 2007, p. 16). Desta maneira, as drogas podem representar, ao mesmo tempo, um sintoma social e também um *modo de ser* estimulado socialmente (ser consumidor, independente do que for consumido).

Neste estudo sobre a identidade do usuário de drogas que vive em Santa Cruz do Sul a partir da perspectiva de seus familiares, pode-se perceber que há uma repetição de padrões estereotipados e reforçados por um conjunto de mecanismos utilizados pelo Estado, escola, instituições médicas, a mídia, dentre outros, sobre um usuário de drogas vulnerável e/ou perigoso, cabeça fraca, inseguro, que não suporta as dificuldades e brigas que vivência/vivenciou em sua casa e agora torna-se perigoso.

REFERÊNCIAS

AMARAL, I. S. *A sociedade de consumo e a produção da toxicomania*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2000.

ARAÚJO, T. *Almanaque das drogas: um guia informal para o debate racional*. São Paulo: Leya, 2012.

- BAUMAN, Z. *44 Cartas do Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BAUMAN, Z. *Vida para Consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAUMAN, Z. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.
- BOURDIEU, P. Pierre Bourdieu: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- CANCLINI, N. G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- CARNEIRO, H. S. A fabricação do vício. 2002. Disponível em: www.neip.info/html/objects/_downloadblob.php?cod_blob=267. Acesso em: 07 jan. 2014
- CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 7-26, 1999.
- FREUD, S. Psicologia de Grupo e Análise do Ego. In: FREUD, S. *Obras Psicológicas Completas*. Edição Standart Brasileira, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- GARCIA, E.L.; ZACHARIAS, D.G.; ARAÚJO, B.R. Recaídas na drogadição: uma via para (re)pensar a atenção à saúde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v.37, n.esp. dez. 2013a.
- GARCIA, E. L.; ZACHARIAS, D. G.; PETRY, E. L. S.; WINTER, G. F.; ARAÚJO, B. R. Entre a alienação de familiares de usuários de crack e os riscos do pesquisador. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.39, p. 13-35, jul./dez. 2013b.
- GORGULHO, M. Drogas e Sociedade. In: Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (Org). *Álcool e Outras Drogas*. São Paulo: CRPSP, 2011.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez., 1997.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- LANCETTI, A. Desmistificação da existência de epidemia de álcool e outras drogas e medidas higienistas. In: Conselho Federal de Psicologia. *Drogas e Cidadania: em debate*. Brasília: CFP, 2012.
- ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. V Campus Euroamericano de Cooperação Cultural. Almada: 2007. Disponível em: http://www.redculturalmercosur.org/docs/Ortiz_port.pdf. Acesso em: 27 dez. 2014.
- POLLICE, F. O Papel da Identidade Territorial nos Processos de Desenvolvimento Local. **Espaço e Cultura**, UERJ, RJ, n. 27, p.7-23, Jan./Jun, 2010.



REIS, C. dos; GUARESCHI, N. M. F.; CARVALHO, S. Sobre Jovens Drogaditos: as histórias de ninguém. **Psicologia e Sociedade** (Impresso), v. 4, p. 68-78, 2014.

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHNEIDER, J. Trama terapêutica: um estudo sobre a (re)constituição da identidade de usuários de drogas. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 19, p. 1-384, 2010.

XIMENDES, A. M. C.; REIS, C.; WOLSKI, R. Como se Produz Morte em Nome da Defesa da Vida. In: XIMENDES, A. M. C.; REIS, C.; OLIVEIRA, R. W. *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias*. Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. Porto Alegre [s. ed.], 2013.